Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central)

Deliberação (extracto) n.º 1139/2006

Torna-se público que, em 8 de Agosto de 2006, o conselho de administração do Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central) deliberou, na sequência de concurso interno condicionado, nomear o assistente graduado Prof. Doutor José Lopes Martins na categoria de chefe de serviço de medicina interna do quadro de pessoal médico do ex-Hospital de São José, com a remuneração correspondente ao escalão 3, índice 195, da respectiva escala salarial, com efeitos a partir de 26 de Julho de 2006.

11 de Agosto de 2006. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Inácio Oliveira*.

Hospital Distrital de Faro

Aviso (extracto) n.º 9047/2006

Concurso interno geral de acesso para técnico de 1.ª classe de farmácia da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, e para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do conselho de administração de 12 de Julho de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para o provimento de quatro lugares de técnico de 1.ª classe de farmácia, da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 1048/2000, de 30 de Outubro.

2 — Prazo de validade — o concurso esgota-se com o provimento dos lugares colocados a concurso.

3 — O conteúdo funcional do lugar a prover está previsto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

4 — O local de trabalho é nas instalações adstritas ao Hospital Distrital de Faro, sendo o vencimento de acordo com o Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

5 — Requisitos de admissão ao concurso:

5.1 — São requisitos gerais de admissão ao concurso os previstos no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

5.2 — São requisitos especiais de admissão ao concurso os previstos no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

6 — Método de selecção — será utilizada como método de selecção a avaliação curricular, aplicando-se para este efeito o disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 3.º da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro.

6.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e o sistema de classificação final e respectiva fórmula classificativa constam de acta do júri do concurso, que a facultará aos candidatos sempre que solicitada.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao conselho de administração do Hospital Distrital de Faro e entregue no Serviço de Expediente Geral deste Hospital, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ainda ser enviado pelo correio, sob registo, com aviso de recepção, o qual se considera apresentado dentro do prazo desde que expedido até ao termo do prazo fixado.

7.2 — Do requerimento deverão constar:

a) Identificação completa (nome, filiação, estado civil, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, se for caso disso, número fiscal, morada, código postal e telefone, se o tiver);

b) Habilitações literárias e profissionais;

c) Identificação do concurso, mediante referência ao número e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura;

d) Declaração sob compromisso de honra da situação em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos gerais previstos no n.º 5.1 do presente aviso;

e) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever especificar para melhor apreciação do seu mérito;

f) Identificação dos documentos que instruem o requerimento.

7.3 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

a) Documento das habilitações literárias e profissionais;

b) Certidão e ou documentos comprovativos dos requisitos que possui e exigidos no n.º 5.2 do presente aviso;

c) Três exemplares do *curriculum vitae*, em formato A4.

7.4 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

8 — A relação de candidatos admitidos e a lista da classificação final do concurso serão afixadas no *placard* do Serviço de Pessoal do Hospital Distrital de Faro.

9 — O júri do presente concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Pedro Filipe Lopes Prazeres, técnico especialista de farmácia e técnico-coordenador do Hospital Distrital de Faro.

Vogais efectivos:

Ana Isabel Vasco Amado, técnica especialista de farmácia do Hospital Distrital de Faro.

Maria Teresa Santos Oliveira Botelho, técnica principal de farmácia do Hospital Distrital de Faro.

Vogais suplentes:

Maria Otília Pereira Dias Costa, técnica especialista de 1.ª classe de farmácia do Hospital Distrital de Faro.

José Gregório Rodrigues Soares, técnico especialista de farmácia do Hospital Distrital de Faro.

10 — O presidente do júri será substituído pelo 1.º vogal efectivo nas suas faltas e impedimentos.

8 de Agosto de 2006. — O Administrador Hospitalar, *Victor M. G. Ribeiro Paulo*.

Aviso n.º 9048/2006

Por deliberação de 2 de Agosto de 2006 do conselho de administração deste Hospital, foi Dina Júlia Rodrigues Catarina Pereira Borja, auxiliar de alimentação do quadro deste Hospital, reclassificada, nos termos dos artigos 6.º, 7.º e 10.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, como assistente administrativa, escalão 4, índice 233.

9 de Agosto de 2006. — O Administrador Hospitalar, *Victor M. G. Ribeiro Paulo*.

Hospital de Nossa Senhora da Conceição de Valongo

Aviso n.º 9049/2006

Nos termos do n.º 34 da secção VII da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, que aprova o Regulamento dos Concursos de Provimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, e após homologação em 10 de Agosto de 2006 pelo conselho de administração, torna-se pública a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de ingresso para provimento de um lugar de assistente de cirurgia geral, da carreira médica hospitalar, aberto pelo aviso n.º 854/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 31 de Janeiro de 2005:

Valores

1.º Manuel Eduardo Vasconcelos Araújo	16,20
2.º Alexandre Correia Costa	14,60
3.º Rui Jorge Ferreira Mendes Costa	14,20
4.º Carla Augusta Fernandes Rodrigues Freitas	13,20
5.º Nuno Miguel Teixeira Silva Santos	12,90
6.º Lino Fernando Dias Navio	12,65
7.º Francisco Juan Santos Iglésias	12,50
8.º Mercedes Sanchez Bello	11,90
9.º Elsa Joaquina Silva Gomes	11,60
10.º Manuel Rafael Rodriguez Rodriguez	10,60

Antes da homologação da lista de classificação final foi efectuada a audiência dos interessados no cumprimento dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

Da presente lista cabe recurso, nos termos do n.º 35 da secção VII da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

11 de Agosto de 2006. — Pelo Conselho de Administração, o Vogal Executivo, *Avides Moreira*.

Hospital de Sousa Martins

Despacho n.º 17 336/2006

Por despacho da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde de 22 de Junho de 2006, foi autorizada a cessação do regime de substituição do administrador de 2.ª classe Dr. Francisco Pires Manso como administrador de 1.ª classe neste Hospital.

Por despacho do conselho de administração deste Hospital de 11 de Julho de 2006, a cessação do referido regime de substituição produz efeitos a 20 de Julho de 2006.

19 de Julho de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *Fernando Monteiro Girão*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 17 337/2006

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2002, de 15 de Outubro, alterou a estrutura inicial da Agência Nacional para os Programas Comunitários Sócrates e Leonardo da Vinci, em termos que admitem, entre outros aspectos e ao nível do apoio técnico, a criação do cargo de coordenador para a área financeira, equiparado para efeitos remuneratórios, incluindo despesas de representação, a chefe de divisão, nomeado pelo Ministro da Educação.

Neste enquadramento e tendo presente que o titular deste cargo solicitou, oportunamente, a sua exoneração;

Importando proceder ao provimento deste cargo;

Ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2002, de 15 de Outubro, que deu nova redacção ao previsto no n.º 10 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2000, de 6 de Julho, determino:

1 — A nomeação da licenciada Edite Nair Lopes de Oliveira Mendonça para o exercício das funções de coordenadora da área financeira.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 2 de Junho de 2006.

27 de Julho de 2006. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

Curriculum vitae

Nome — Edite Nair Lopes Oliveira Mendonça.

Experiência profissional:

Agência Nacional para os Programas Comunitários Sócrates e Leonardo da Vinci — de Agosto de 2005 até actualmente;

Técnica financeira — levantamento das actividades necessárias à execução do plano anual de actividades e sua orçamentação; cabimentação e execução de despesa; gestão de fornecedores; gestão de tesouraria;

Gestora de formação — levantamento de necessidades de formação; elaboração, execução, acompanhamento, avaliação e controlo do plano de formação; execução do balanço social;

Auditora externa — planeamento, execução e avaliação das auditorias; apoio financeiro às equipas técnicas;

APAV — Associação Portuguesa para a Análise do Valor — de Novembro de 1999 a Agosto de 2005;

Secretária-geral — planeamento e dinamização das actividades e projectos anuais; gestão financeira; gestão de recursos humanos;

Organização de eventos — planeamento; logística; execução; balanço;

Editora de comunicação — estruturação, composição e execução do *Boletim Informativo* (trimestral, tiragem 1000 exemplares); estruturação e composição da página da Internet;

Gestora de projectos — concepção de candidaturas a medidas dos Quadros Comunitários de Apoio II e III); planeamento e orçamentação; acompanhamento e controlo da execução; apuramento e balanço final.

Formação académica — licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, na Universidade Moderna.

Formação complementar — Seminário CAF in Action, organizado pelo EIPA (European Institute for Public Administration), Maastricht, em 2005; *Workshop* A Formação como Uma Obrigatoriedade nas Empresas, organizado pelo INEDEM, Lisboa, em 2005; curso A Responsabilidade da Prestação de Contas nos Serviços e Fundos Autónomos, organizado pelo INA, Algés, em 2005; curso Utilização Fundamental de Access, organizado pela Rumos, Lisboa, em 2005; curso Utilização Avançada de Excel, organizado pela Rumos, Lisboa, em 2005; curso POCP Avançado, organizado pelo INA, Algés, em 2004; pós-graduação em Vendas, organizado pela GTIE — Gestão Total, L.ª, em 2004; curso Inglês Comercial, organizado pela PT Contact, S. A., em 2003; seminário O Modelo Estratégico de Jack Tesmer, organizado pela Gestão Total e pelo Jack Tesmer Institute, em 2003; curso Excelência Pessoal, organizado pela GTIE — Gestão Total, L.ª, em 2002; curso Básico de Gestão pelo Valor, organizado pela APAV — Associação Portuguesa para a Análise do Valor, em 2000.

Outras actividades — membro da comissão consultiva para a formação da Secretaria-Geral do Ministério da Solidariedade Social, da Família e da Criança; membro da equipa CAF — Common Assessment Framework (Auto-avaliação Organizacional), da Agência Nacional para os Programas Comunitários Sócrates e Leonardo da Vinci.

Gabinete do Secretário de Estado da Educação

Aviso n.º 9050/2006

Anula-se o despacho conjunto n.º 427/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 102, de 26 de Maio de 2006, a p. 7598.

8 de Junho de 2006. — A Chefe do Gabinete, *Rosário Mendes*.

Despacho n.º 17 338/2006

O Regulamento do Júri Nacional de Exames, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 22/2006, de 31 de Março, define a constituição e as competências do júri nacional de exames dos ensinos básico e secundário (JNE) e estabelece que a nomeação dos seus membros é feita por despacho do membro do Governo competente, tendo, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do anexo I do Regulamento do Júri Nacional de Exames, sido nomeado o júri nacional de exames dos mesmos básico e secundário para o ano de 2006.

Pelo presente despacho determino a substituição da licenciada Maria Luísa Sobrado, responsável do Agrupamento do Porto Sul, pela licenciada Cristina Maria Milheiro Barbosa.

O presente despacho produz efeitos a partir de 31 de Maio de 2006.

29 de Junho de 2006. — O Secretário de Estado da Educação, *Valter Victorino Lemos*.

Despacho n.º 17 339/2006

Instalada no Hospital de D. Estefânia, em Lisboa, a Escola Básica do 1.º Ciclo de Lisboa n.º 94, São Jorge de Arroios, Lisboa, é frequentada pelos jovens internados nesse hospital pediátrico.

Pelo exposto, é justa a proposta da Câmara Municipal de Lisboa, que obteve a concordância deste estabelecimento de ensino, no sentido da atribuição do nome Rainha D. Estefânia/Hospital àquela Escola.

Assim, preenchidos que estão os requisitos e demais formalidades previstos no Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 314/97, de 15 de Novembro, determino que a Escola Básica do 1.º Ciclo de Lisboa n.º 94, São Jorge de Arroios, Lisboa, passe a denominar-se Escola Básica do 1.º Ciclo Rainha D. Estefânia/Hospital, Lisboa.

29 de Junho de 2006. — O Secretário de Estado da Educação, *Valter Victorino Lemos*.

Despacho n.º 17 340/2006

Autor do projecto do Bairro da Encarnação, o arquitecto Paulino Montez tentou reproduzir um modelo de aldeia portuguesa com quintais e jardins.

Observado do ar assemelha-se a uma borboleta, supondo-se ter o seu autor pretendido esta configuração face à proximidade do Aeroporto de Lisboa e assim adquirir maior expressão.

Com efeito, a Escola Básica do 1.º Ciclo de Lisboa n.º 113, Santa Maria dos Olivais, Lisboa, localiza-se na Alameda da Encarnação. Detém um enorme logradouro e espaços verdes que aliciam as crianças que a frequentam, logo é justa a proposta da Câmara Municipal de Lisboa, que obteve a concordância do estabelecimento de ensino, no sentido da atribuição do nome Paulino Montez àquela Escola.

Assim, preenchidos que estão os requisitos e demais formalidades previstos no Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 314/97, de 15 de Novembro, determino que a Escola Básica do 1.º Ciclo de Lisboa n.º 113, Santa Maria dos Olivais, Lisboa, passe a denominar-se Escola Básica do 1.º Ciclo Paulino Montez, Lisboa.

28 de Julho de 2006. — O Secretário de Estado da Educação, *Valter Victorino Lemos*.

Despacho n.º 17 341/2006

A Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Grândola, face à emergência de outras actividades no meio rural tem diversificado a sua oferta de formação com o funcionamento de cursos como o de Técnico de Turismo Ambiental e Rural e o de Técnico de Turismo.

Mantendo a formação agrícola, aumentou e aspira ampliar a sua actividade a outras áreas de qualificação, num futuro próximo, logo,